



N.º 5

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2020**

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, reuniu em Sessão Ordinária pelas vinte horas, no Auditório da Universidade de Évora, localizado no Colégio do Espírito Santo, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA:**

1. **Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021 (documentos já enviados a 2 de dezembro);**
2. **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2021;**
3. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021;**
4. **Derrama para 2021;**
5. **Participação Variável no IRS para 2021;**
6. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2021;**
7. **Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora / Manutenção de valores para o ano de 2021;**
8. **Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2021, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.**
9. **Contratação de eventuais empréstimos de curto prazo no ano de 2021, para ocorrer a dificuldades de tesouraria;**
10. **Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesias para o ano de 2021;**
11. **Transferências de competências para as Freguesias;**
12. **Concessão do Serviço Público de Passageiros na Cidade de Évora - Parecer da AMT, e Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual;**
13. **Assunção de Competências Transferidas nos Domínios da Educação e Saúde;**
14. **Assunção de Competências Transferidas no Domínio da Ação Social;**
15. **Acordo de Regularização das dívidas relativas à prestação de serviços de AA e de Saneamento do período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020 (condicionado à aprovação da Câmara na reunião de 16/12/2020);**



**16. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo (para conhecimento).**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão cumprimentando todos os presentes, o público presente na Sala, os técnicos da Câmara Municipal de Évora, da Universidade de Évora que apoiam a realização das Sessões e agradeceu a amabilidade da Universidade de Évora na cedência das suas instalações.

Verificando a existência de público na Sala, informou que o Regimento da Assembleia permite a atribuição de cinco minutos, por orador, aos cidadãos presentes na Sala, para que lhes seja dado o uso da palavra, alertando para o facto, que neste período de tempo não poderão ser abordados temas que se encontrem inscritos na Ordem do Dia, da presente Sessão.

Após a apresentação dos assuntos da Ordem do Dia, poderão intervir por mais um período de quinze minutos.

Seguidamente questionou o público presente, se algum dos cidadãos, ou movimento de cidadãos eventualmente presente, desejam fazer uso da palavra de imediato, ou se preferem fazer uso da palavra no final, depois da apresentação da Ordem do Dia.

Verificou-se a intenção de um dos presentes intervir, tendo-lhe sido dado a palavra.

**Sr. Reginaldo Branco** – Iniciou a sua intervenção desejando boa noite a todos os presentes e informando que se apresenta na qualidade de cidadão de Évora para manifestar o seu desagrado pelo trabalho desenvolvido pela autarquia. Concluiu a declaração desejando um bom natal a todos.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Perguntou ao público presente se mais algum dos cidadãos pretenderia fazer uso da palavra.

Dado não ter recebido pedidos de intervenção por parte do público, prosseguiu com a Sessão da Assembleia, submetendo à votação a Ata nº 4 da reunião de 7 de junho de 2018 e a ata nº 1 de 28 de fevereiro de 2020, disponibilizadas na plataforma eletrónica, questionando os membros da Assembleia se têm correções, propostas de alterações relativamente aos textos, ou discordâncias que pretendam apresentar.

**José Maria Figueira** – Referiu que na ata nº 1, da reunião de 28 de fevereiro de 2020, na página 25, onde interveio sobre os Planos de Gestão das bacias hidrográficas, encontra a expressão “questões classificativas” deve ser substituída por “questões significativas”.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não havendo mais pedidos de intervenção, nem quaisquer outras propostas de alteração às Atas apresentadas, prosseguiu submetendo a deliberação da Assembleia a Ata nº 4 da reunião de 7 de junho de 2018 e a Ata nº 1 de 28 de fevereiro de 2020.

**Deliberação – Aprovada a Ata nº 4 da reunião de 7 de junho de 2018, por unanimidade** (o eleito José Maria Figueira não votou porque não compareceu nesta Sessão).

**Deliberação – Aprovada a Ata nº 1 de 28 de fevereiro de 2020, por unanimidade**, com a correção indicada pelo eleito José Maria Figueira.



**Sr. Presidente da Assembleia Municipal – Prosseguiu com a Sessão informando que dado haver um conjunto considerável de documentos por analisar, moções, recomendações, caso não se verifiquem pedidos de intervenção.**

**Sr. Adelino Fonseca** – O eleito questionou o Presidente da Assembleia da possibilidade de colocar questões externas às matérias incluídas na Ordem do Dia

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou o eleito que o Regimento da Assembleia permite que os deputados da Assembleia possam apresentar questões, antes de aberto o período da Ordem do Dia.

Seguidamente deu conhecimento do trágico acontecimento ocorrido na semana anterior, que vitimou um Agente da PSP, muito estimado da nossa cidade.

Tendo rececionado variadas propostas de texto de Moções, subscritas pelas diversas forças políticas, foi efetuada essa recolha, posterior análise, acreditando que o Voto de Pesar que irá ser apresentado, reunirá o consenso de todos.

Esclareceu que caso haja alguma proposta de alteração, essa possibilidade encontra-se em aberto.

Seguidamente passou a palavra à eleita, primeira secretária, para que procedesse à sua leitura.

**A Sra. Ana Boto** procedeu à leitura do Voto de Pesar, cujo texto ficará anexo à presente Ata, dela fazendo parte integrante.

Informou que as bancadas do P.S. e do PSD propõem a publicação do Voto de Pesar na imprensa regional e que seja enviado à família do Sr. Agente, bem como ao Comando Distrital da PSP.

Propõe esta força política a atribuição do nome do Sr. Agente – António Boto a uma artéria da cidade e a realização de um minuto de silêncio.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a Assembleia Municipal irá proceder ao envio do Voto de Pesar para divulgação em órgão de comunicação social da região.

Relativamente à proposta da atribuição do seu nome a uma artéria da cidade, informou tratar-se de assunto que terá que ser analisado e discutido por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, e, posteriormente, submetida a proposta daí resultante à Comissão de Toponímia.

Salientou que as notas finais proferidas pela eleita não se encontram incluídas no texto do Voto de Pesar, que submeteu a votação.

**Moção: Voto de Pesar aprovado por unanimidade.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** –informou os eleitos e os cidadãos presentes que a Assembleia irá fazer um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Agente da P.S.P. António Boto.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concluída a realização do minuto de silêncio prosseguiu com os trabalhos, questionando se haveria questões a apresentar sobre o Voto de Pesar, não havendo declarações voto sobre essa matéria.

Prosseguiu com a apresentação da **Moção – Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contrás as Mulheres**, subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda, tendo solicitado ao eleito Bruno Martins que procedesse à sua leitura.

**Sr. Bruno Martins** – O eleito procedeu à leitura da Moção.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O texto da Moção foi entregue na Mesa e fará parte integrante da presente Ata.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da Assembleia a Moção apresentada. Havendo um pedido de palavra da Sra. Deputada Ana Beatriz Cardoso, deu-lhe a palavra.

**Sra. Ana Beatriz Cardoso** – A eleita reforçou os dados informando que há uma média aproximada de 30 mil denúncias de violência doméstica, em Portugal, ao longo do ano.

Já morreram centenas de mulheres às mãos dos seus companheiros, ex-companheiros, maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados. Por cada hora que passa há uma média de 4 denúncias de violência doméstica.

Congratulou-se por esta Assembleia Municipal ter votado por unanimidade a anterior Moção, a lamentável morte de um Agente da PSP, agredido mortalmente por defender uma mulher, que em plena via pública estava a ser vítima de violência.

Salientou que um dos maiores flagelos da violência doméstica é o silêncio, a ausência de testemunhas que corroborem as denúncias das vítimas e dificultam a sua defesa.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou novamente à consideração a Moção apresentada, constatando haver um pedido de palavra.

**Sr. Paulo Jaleco** – O eleito congratulou-se com o teor da Moção, tendo acrescentado que o fenómeno da violência se verifica também, infelizmente, noutros contextos da sociedade. Deu conhecimento que a bancada do PSD irá votar favoravelmente a Moção.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou novamente à consideração a Moção apresentada, verificando não haver pedidos de intervenção, submeteu a Moção a votação.

**Deliberação da Moção – Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres** (apresentada pela bancada do Bloco de Esquerda).

**Moção aprovada por unanimidade.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu a Sessão colocando a Recomendação apresentada pela bancada da Coligação Afirmar Évora 2017, da inclusão do Parque Alentejo para a Ciência e Tecnologia na Comissão Municipal de Economia e Turismo, tendo solicitado ao eleito representante desta força política que procedesse à defesa do documento.

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito cumprimentou todos os presentes e informou que a Recomendação que a Coligação Afirmar Évora 2017 apresenta, visa a inclusão do PACT– Parque Alentejo para a Ciência e Tecnologia, na Comissão Municipal de Economia e Turismo, justificando a pretensão com o facto de considerar que o PACT, como uma instituição relevante, no âmbito do reforço de um ecossistema de empreendedorismo e inovação na região Alentejo.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a Recomendação à consideração dos eleitos que pretendam fazer uso da palavra. Não havendo nenhum pedido de intervenção, submeteu a Recomendação a votação.



**Deliberação da Recomendação** - Inclusão do PACT– Parque Alentejo para a Ciência e Tecnologia, na Comissão Municipal de Economia e Turismo.

**A Recomendação aprovada por unanimidade.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu a Sessão colocando a Recomendação apresentada também pela bancada da Coligação Afirmar Évora 2017, tratando-se da proposta de criação de uma Reconcelhia de Ecopistas. Solicitou ao eleito Frederico Carvalho que procedesse à sua apresentação.

**Sr. Frederico Carvalho** – Informou que se pretende com a criação desta rede, estimular a ligação entre o centro urbano e as freguesias rurais, minorar as distâncias físicas, económicas e sociais, possibilitar a prática de turismo de natureza, com a implementação de corredores verdes.

**Sr. José Maria Figueira** – Cumprimentou todos os presentes e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se no Plano de Mobilidade Municipal, no âmbito do Roteiro do Montado, está ou não previsto este tipo de ecopistas com as ligações às freguesias rurais.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção e antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder ao esclarecimento pedido, colocou à disposição dos eleitos o uso da palavra relativamente a esta matéria, caso o pretendam fazer.

**Sr. Ananias Quintano** – O eleito manifestou a sua satisfação por o colega Frederico Carvalho do Movimento Afirmar Évora 2017, ter repetido agora a proposta da criação dos corredores verdes, apresentada no Programa Eleitoral do PS na anterior campanha eleitoral autárquica.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Agradeceu a intervenção ao eleito - Sr. Ananias Quintano e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

**Sr. Presidente da Câmara** – Deu início à sua intervenção cumprimentando e desejando uma boa noite a todos os presentes.

Informou que esta matéria foi anteriormente aprovada noutra Assembleia Municipal. Os catorze municípios do Alentejo Central reunidos na CIMAC entenderam, há cerca de dois ou três anos, avançar com a criação de uma rede intermunicipal de Ecopistas.

Évora apresentou um conjunto de propostas nesse sentido e, já está aprovado neste momento, avançar com novos troços e a reparação de outros, havendo um investimento previsto de cerca de um milhão de euros e cem mil euros.

Esclareceu que não será ainda para unir todas as freguesias, mas significa um passo nesse sentido.

Esclareceu que estão de acordo com esta ideia, naturalmente, para realizar ao longo do tempo.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo recebido indicação de haver mais pedidos de intervenção, coloca a Recomendação apresentada pela bancada da Coligação Afirmar Évora 2017 a votação.

**Deliberação da Recomendação - Proposta de criação de uma Reconcelhia de Ecopistas; apresentada pelo eleito representante do Movimento Afirmar Évora 2017.**

**A Recomendação foi aprovada.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Contou com 31 votos favoráveis, 0 votos contra e uma abstenção da C.D.U..

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Deu conhecimento de uma Moção apresentada pela bancada da C.D.U., intitulada – **Redução de financiamento para a Cultura**, tendo solicitado à bancada respetiva a sua apresentação.

**Sr. José Russo** – O eleito procedeu à leitura da Moção proposta pela bancada da C.D.U., cujo texto, entregue à Mesa, irá fazer parte integrante da Ata resultante desta Sessão: **Redução de financiamento para a Cultura**.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – colocou à discussão da Assembleia a proposta de Moção, dando a palavra aos eleitos que a pretendam usar.

**Sr. Jerónimo José** – O eleito partilhou as suas dúvidas e a ausência do esclarecimento devido, relativamente ao facto dos projetos culturais emanados do Alentejo não merecerem aprovação.

**Sr. Nuno Alas** – O eleito cumprimentou todos os presentes e informou que em sua opinião ou o P.C.P. anda a enganar Évora inteira com este discurso, ou o P.S. nas Sessões da Assembleia manifesta a sua concordância e noutros fóruns, onde detém o poder de decisão, não aprova os projetos apresentados. Concluiu, apelando à coerência quando se aprovam os Orçamentos de Estado.

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito informou partilhar também deste descontentamento por verificar que os projetos culturais apresentados não terem merecido aprovação e irá votar favoravelmente. Contudo, considerou incompreensível que esta força política tenha viabilizado o Orçamento de Estado, sem negociação prévia deste investimento para a área da Cultura.

**Sr. José Russo** – O eleito informou que se tratou de um concurso de âmbito nacional, e que a posição da C.D.U. não enferma de qualquer contradição relativamente ao que defendeu em sede de Orçamento de Estado para a Cultura – 1%/ano. Considerando esta verba mesmo assim diminuta, mas tendo em conta a extrema importância que a Cultura tem para o país, porque “mexe com todas as pessoas” e atravessa todos os setores da sociedade.

Esclareceu que o facto de terem viabilizado o Orçamento de Estado não impedirá que se tentem corrigir uma série de injustiças que estão a acontecer, sem justificação.

Considerou relevante salientar que os projetos oriundos do Alentejo não são melhores, nem piores que os de outras regiões, cujos financiamentos foram aprovados.

Esclareceu que os projetos candidatados obtiverem classificação elegível a 80%, contudo, o financiamento só teria concretização se tivessem uma classificação igual ou superior a 85%.

Não há que estar contra os colegas de outras zonas do país que conseguiram o financiamento, uma vez que tal como já foi atrás referido, o concurso foi de âmbito nacional e todos os concorrentes, concorreram em igualdade de circunstâncias.

Contudo, considerou ter o direito de questionar as razões que permitiram a redução do financiamento para a Cultura na nossa região.

**Sr. Paulo Jaleco** – O eleito afirmou não compreender a Moção proposta pela bancada da CDU, uma vez que esta força política tem viabilizado os Orçamentos do Estado deste Governo. Naturalmente todos estarão contra a redução do orçamento para a Cultura no Alentejo.



**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo recebido indicação de haver mais pedidos de intervenção, colocou a presente Moção a votação.

**Deliberação - Moção Contra a Redução de Financiamento para a Cultura; apresentada pela bancada da C.D.U..**

**A Moção foi aprovada por unanimidade.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com os trabalhos da Sessão, apresentando para discussão a Moção apresentada pela bancada da C.D.U.: - **Impacto da doença Covid 19 e a sua relação com o desemprego no Concelho de Évora que aumentou 45%.**

Passou a palavra à bancada da C.D.U., para que procedessem à defesa do documento.

**Sr. José Maria Figueira** – O eleito procedeu à leitura da Moção, cujo texto ficará anexo à presente Ata, dela fazendo parte integrante.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão dos eleitos o teor da presente Moção.

**Sr. Nuno Alas** – O eleito afirmou que as propostas contidas no texto da presente Moção se referem a matérias da exclusiva responsabilidade da Assembleia da Republica.

Sugeriu a inclusão na presente Moção da proposta da isenção de taxas municipais a empresas do concelho de Évora, de forma a evitar o despedimento de pessoas, por parte daquelas que não têm a situação financeira resolvida.

Informou que votarão favoravelmente o texto da presente Moção, caso a alínea que acaba de propor seja incluída.

**Sra. Maria da Nazaré Lança** – A eleita informou que dado o teor da Moção apresentada se considera impedida de a votar.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a declaração proferida pela eleita – Sra. Maria da Nazaré Lança ficará registada em Ata.

**Sr. José Maria Figueira** – Interveio para informar que a proposta apresentada pelo eleito Nuno Alas se encontra desenquadrada da realidade, sugerindo a leitura do texto da Moção antes apresentada.

**Sr. Bruno Martins** – O eleito afirmou que foi devido ao Governo ter recusado em inúmeras matérias alterar a legislação do trabalho em benefício dos trabalhadores, que o Bloco de Esquerda recusou aprovar o Orçamento de Estado para 2021. No entanto, obviamente, aprovará a presente Moção.

**Sra. Ana Luísa Boto** – A eleita interveio para informar que se considera impedida de votar a presente Moção.

**Sr. Paulo Jaleco** – O eleito interveio para informar que não ficou esclarecido relativamente ao sugerido pelo deputado José Maria Figueira. Concluindo que teria que ter presente uma anterior Moção para votar outra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**Sr. Jerónimo José** – O eleito declarou que sendo sensível às matérias inscritas na presente Moção, considerando as dificuldades que todas as entidades enfrentam, tem dificuldade em concordar com a proposta.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo indicações de haver mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção: - **Impacto da doença Covid 19 e a sua relação com o desemprego no Concelho de Évora**, proveniente da bancada da C.D.U., a votação.

### **Deliberação - Moção Impacto da doença Covid 19 e a sua relação com o desemprego no Concelho de Évora, apresentada pela bancada da C.D.U..**

#### **A Moção foi aprovada.**

Contou com 16 votos favoráveis, sendo 14 da bancada da C.D.U., 1 do B.E. e 1 do MMPI, 0 votos contra, e 15 abstenções, sendo 11 do P.S., 3 do P.S.D., 1 do Movimento Afirmar Évora 2017 e 2 declarações de impedimento de voto.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da Moção apresentada pela bancada da CDU intitulada: - **Solidariedade para com os agentes económicos em particular com as mini, pequenas e médias empresas face aos impactos da Pandemia Covid 19**, tendo solicitado à respetiva bancada a sua apresentação.

**Sr. José Maria Figueira** – O eleito procedeu à leitura da Moção, cujo texto ficará anexo à presente Ata, dela fazendo parte integrante.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o teor da presente Moção à discussão dos eleitos, tendo dado a palavra ao eleito Bruno Martins, conforme seu pedido.

**Sr. Bruno Martins** – O eleito questionou se existiram alterações ao nível do crescimento público municipal previsto, se houve alterações à derrama em 2020, e se consideram que a Marca Évora recentemente lançada, apresenta resultados positivos relativamente ao tecido cultural.

**Sra. Ângela Caeiro** – A eleita lamentou que a CDU tenha apresentado esta Moção, constatando que o apoio ao comércio local e à restauração é pouco significativo. Sugeriu a implementação de medidas, semelhantes às adotadas em outros concelhos, tal como a distribuição de vouchers para facilitar a aquisição no comércio local, na restauração, bem como a isenção do pagamento de estacionamento no Centro Histórico.

**Sra. Ana Beatriz Cardoso** – A eleita informou ter conhecimento que comerciantes do concelho que estão a fazer um enorme esforço para reiniciar a sua atividade, confrontam-se com diversas dificuldades burocráticas, que não estão a conseguir ultrapassar com a celeridade que a situação de fragilidade impõe.

Considerou fundamental o apoio do município aos cidadãos, aos comerciantes, devendo encontrar respostas muito mais proactivas às solicitações que recebe, demonstrando uma maior proximidade. Para além do período de pandemia que atravessamos, são urgentes a implementação de medidas de apoio ao comércio local.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito afirmou a sua concordância com as declarações proferidas pelos colegas que intervieram sobre o teor desta Moção, considerando-a uma proposta solidária para com o trabalho desenvolvido por este executivo no âmbito da pandemia. Informou que votaria favoravelmente esta proposta se considerasse apenas alínea “b”.

**Sr. Ananias Quintano** - O eleito afirmou compreender as dificuldades, mas não entender, relativamente à alínea “b”, haver propostas que ainda não foram aprovadas. Curiosamente na alínea “d” as propostas já foram aprovadas pelo governo, subsistindo dúvidas quanto à sua implementação.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo indicações de haver mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção: - **Solidariedade para com os agentes económicos em particular com as mini, pequenas e médias empresas face aos impactos da Pandemia Covid 19**, proveniente da bancada da C.D.U., a votação.

**Deliberação - Moção: - Solidariedade para com os agentes económicos em particular com as mini, pequenas e médias empresas face aos impactos da Pandemia Covid 19.**

**A Moção foi aprovada.**

Contou com 0 votos contra, 17 abstenções, sendo 12 do P.S., 3 do P.S.D., 1 do B.E, 1 do Movimento Afirmar Évora 2017 e 14 votos favoráveis, sendo 13 da bancada da C.D.U. e 1 do MMPI.

**Declaração de Voto do eleito Bruno Martins:**

– “Essencialmente pelo ponto “d” desta Moção. O esclarecimento público do que aconteceu em 2020 é o que está previsto para 2021. O funcionamento do mercado é algo que é regular, que a execução da derrama e outras considerações ainda irão ser processadas e que das duas campanhas que estão aqui registadas ainda não há qualquer impacto”.

**Declaração de voto do eleito José Maria Figueira:**

- “Registar o preconceito do P.S.D. e da Coligação Afirmar Évora 2017, pelo facto da C.D.U. apresentar uma Moção de solidariedade para com as micro e pequenas empresas do concelho de Évora. Dizer que a questão da alínea “b”, o que se afirma nessa alínea é claro, é relevar o esforço do município. Obrigado”.

**Declaração de voto da eleita Ângela Caeiro:**

- “Deixar aqui como declaração de voto que nós não temos nenhum preconceito com micro, pequenas ou médias empresas.

Acima de tudo valorizamos a iniciativa privada e esperamos que o município faça mais pelas pequenas empresas do nosso concelho”.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da **Recomendação intitulada: Projeto de execução e requalificação do Interpasse Modal do Rossio de S. Brás**, proveniente da bancada do PSD.

Seguidamente passou a palavra ao eleito, Sr. Nuno Alas para que procedesse à sua apresentação.

**Sr. Nuno Alas** – O eleito procedeu à leitura da Recomendação em referência, que entregue à Mesa, fará parte integrante da Ata que resulta desta Sessão.



**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta de Recomendação à consideração da Assembleia, tendo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, conforme seu pedido.

**Sr. Presidente da Câmara** – Informou que a intervenção que propõem não é a Requalificação do Rossio de São Brás.

Esclareceu tratar-se de um projeto que visa a ligação da Estação Ferroviária ao Centro Histórico, passando pelo Rossio de S. Brás.

Requalifica a zona de passagem, a zona central e acrescenta uma zona de acolhimento para os visitantes a Évora, que manifestamente não têm ainda essa qualidade de receção.

Garantiu que esta intervenção não põe em causa nenhuma outra intervenção estrutural que possa vir a ser definida para o Rossio, nem tem impacto Patrimonial, porque se limita a acompanhar o existente. Esta intervenção já estava prevista há alguns anos, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Garante a mobilidade entre a Estação Ferroviária e o Centro Histórico.

Manifestou total disponibilidade para auscultar as opiniões dos eleitos e referiu que o projeto mereceu o parecer favorável da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e a autorização da Direção Regional de Cultura do Alentejo, que naturalmente foi solicitada.

**Sr. Jerónimo José** – O eleito informou que defenderia uma solução global e que esta solução tivesse lá, o devido enquadramento.

**Sr. José Russo** – O eleito referiu parecer-lhe que os colegas estão a misturar coisas. Este projeto prevê resolver um problema que assinalamos há tempo e que urge ser resolvido. A qualidade da receção dos utentes da ferrovia, à sua chegada e à sua partida.

Outra coisa é a Requalificação do Rossio de S. Brás.

Considerou que não se deve impedir a resolução do problema referido, que se arrasta há cerca de seis anos, à espera da Requalificação do Rossio de São Brás, que claro que é igualmente necessário, mas carece necessariamente de uma melhor reflexão.

Defendeu que se deve avançar com esta obra, por ser muito urgente para os utentes deste meio de transporte.

**Sr. Bruno Martins** – O eleito informou compreender que se trata de um projeto que contempla a melhoria da ligação da Estação Ferroviária ao Centro Histórico.

Relativamente à Requalificação do Rossio de São Brás, implicará um projeto de maior complexidade, que deve partir da discussão pública, a ser assim, contará com o apoio do Bloco de Esquerda.

**Sr. Nuno Alas** – O eleito declarou que qualquer força política concordará com a necessidade de realização desta intervenção, tanto no que respeita à ligação da Estação Ferroviária ao Centro Histórico, como na receção aos autocarros que transportam os grupos que nos visitam.

No entanto, à semelhança do exemplo do projeto da autoria do Sr. Arqº Siza Vieira, para a construção das habitações evolutivas na Malagueira, que tantos benefícios nos trouxe, gostaria que a Requalificação do Rossio de São Brás fosse projetada de idêntico modo, a criação de um projeto global, com a execução a ser realizada no número de fases que forem necessárias.



**Sr. Presidente da Câmara** – Afirmou considerar importante promover a discussão pública dos grandes projetos estruturantes, para consequentemente lhe dar continuidade. Para isso há que ter a exata noção dos recursos que detemos.

A preocupação foi que esta solução não impedisse a realização da Requalificação geral do Rossio, no futuro.

Entendemos que há uma série de questões importantes que têm ainda que ser objeto de auscultação pública, antes de ser dado início a este grande projeto. Contudo, este debate público só deverá ser promovido quando os recursos financeiros permitam que esta consulta seja consequente.

**Sr. José Maria Figueira** – Interveio para declarar que depois de ouvir as explicações do Sr. Presidente da Câmara, sobre a matéria, a bancada da C.D.U. não irá votar favoravelmente esta Recomendação, porque a considera desajustada.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo indicações de haver mais pedidos de intervenção, submeteu a Recomendação: **Projeto de execução e requalificação do Interpasse Modal do Rossio de S. Brás**, proveniente da bancada do P.S.D., a votação.

**Deliberação: Recomendação - Projeto de execução e requalificação do Interpasse Modal do Rossio de S. Brás, apresentada pela bancada do P.S.D., foi aprovada.**

Contou com 14 votos contra da bancada da C.D.U., 3 abstenções, sendo 2 do P.S., e 1 da Coligação Afirmar Évora 2017 e 16 votos favoráveis, sendo 11 da bancada do P.S., 3 do P.S.D., 1 do B.E., e 1 do MMPI, com 33 presenças na sala.

#### **Declaração de voto do eleito Frederico Carvalho**

Afirmou reconhecer a sensibilidade do Sr. Presidente da Câmara e os argumentos que sustentam a sua posição divergente.

Contudo, dado que o projeto em causa não impede a realização posterior do projeto global, parece-lhe que não deve ser obstaculizado.

#### **Declaração de Voto do eleito Nuno Alas**

Considerou que a Recomendação apresentada não é irresponsável, nem alheia às condições financeiras para a sua concretização. Pretendem é ouvir, promover uma reflexão sobre um projeto global para o Rossio.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do documento proveniente da Coligação Afirmar Évora 2017: **Proposta para Deliberação - Audição Pública sobre a Saúde no concelho de Évora.**

Seguidamente passou a palavra ao eleito, Sr. Frederico Carvalho para que procedesse à sua apresentação.

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito procedeu à leitura da proposta para deliberação, cujo texto entregue à Mesa, para que fique anexo à presente Ata, dela fazendo parte integrante.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão dos eleitos o teor da presente Proposta de Deliberação. Verificando o pedido de intervenção do eleito Paulo Jaleco, deu-lhe a palavra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**Sr. Paulo Jaleco** – O eleito confirmou que este assunto é sempre delicado, com os problemas que vivemos atualmente, as dificuldades ficaram acrescidas.

Gostaria de ter informação mais concreta sobre o que pretendem com esta Audição Pública? Com quem querem falar?

Parece-lhe desajustada uma Audição Pública apenas para debater questões políticas.

**Sr. Frederico Carvalho** – Considerou que o eleito Paulo Jaleco por razões profissionais, terá com toda a certeza um conhecimento mais profundo dos problemas e das dificuldades a que se refere.

Infelizmente assiste-se a um fenómeno paralelo paradoxal, o elevado número de mortes não associadas à doença Covid-19 no concelho, situação a que não podemos ficar indiferentes.

Parece-lhe não haver momento mais oportuno para discutir a realidade da Saúde no nosso concelho e no Alentejo que este.

Como agentes políticos responsáveis, considerou muito importante discutir como é que vivemos a Saúde, ou a falta dela, no concelho de Évora.

**Sr. Jerónimo José** – Afirmou considerar desajustado promover agora uma Audição desta natureza, quando estamos a dar início a muito breve prazo às campanhas de vacinação.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo indicações de haver mais pedidos de intervenção, submete a votação a Proposta para Deliberação: Realização de Audição Pública sobre a Saúde no concelho de Évora.

### **Deliberação: Proposta – Realização de Audição Pública sobre a Saúde no concelho de Évora, apresentada pela Coligação Afirmar Évora 2017, foi aprovada.**

Contou com 0 votos contra, 6 abstenções (1 C.D.U., 2 do P.S., 3 P.S.D.), e 27 votos a favor (13 C.D.U., 11 P.S., 1 B.E., 1 Coligação Afirmar Évora 1017 e 1 M.M.P.I), com 33 presenças na sala.

### **Declaração de Voto do eleito João Canha**

Referiu que aprovar uma Audição sobre a Saúde não vai servir para ocupar os seus Profissionais, nem para “dizer mal” do serviço que está a ser prestado. Servirá para que os Órgãos Autárquicos eleitos deste concelho, saibam exatamente onde têm que estar, para apoiar este esforço que está a ser feito pela Saúde.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do documento proveniente da bancada do Partido Socialista: **Moção - Hospital Central do Alentejo.**

**A moção foi apresentada pela Primeira Secretária, devido ao esgotamento do tempo para intervenção da bancada do P.S..**

**A Sra. Primeira Secretária** - Procedeu à leitura da Moção, cujo texto fará parte integrante da presente Ata.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão dos eleitos o teor da presente Moção. Atendeu o pedido de intervenção do eleito José Maria Figueira, dando-lhe a palavra.

**Sr. José Maria Figueira** – Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara informação sobre como está a decorrer o processo respeitante às infraestruturas, nomeadamente as acessibilidades.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Considerou forçadas algumas afirmações contidas no texto da Moção, relativamente aos factos que ocorreram no passado, facilmente comprovados.

**Sr. Bruno Martins** – Discordou do enunciado no texto da Moção, quando afirmam que foram dados os últimos passos, considerou que muito pelo contrário, foram dados sim os primeiros passos.

A situação da Saúde na região não se compadece e a resolução dos graves problemas urge resolver, considerando a situação muito preocupante.

**Sr. Presidente da Câmara** – Informou que já decorreu uma reunião com a Sra. Ministra da Saúde, com o Presidente do Conselho Diretivo da ARS Alentejo e outras entidades, a matéria das infraestruturas e acessibilidades foi desbloqueada pela Sra. Ministra. Foi dada indicação para que a ARS conduzisse as negociações com a Câmara, com base nos princípios que ali acordámos.

Conforme é sabido a Câmara já tem um projeto prévio, portanto, neste momento estão a decorrer negociações.

Há um problema que foi abordado, mas não resolvido, que tem a ver com os terrenos privados que há necessidade de negociar.

Ficou por definir qual vai ser o departamento governamental que ficará responsável por essa negociação, embora a Câmara Municipal se tenha disponibilizado para colaborar com o governo, para ajudar.

**Sr. Paulo Jaleco** – O eleito referiu que todos se devem congratular com a construção do nosso hospital central. Mas o que é importante agora, é acautelar o que se vai fazer a seguir. Temos um hospital a funcionar e não iremos recrutar facilmente recursos humanos em número suficiente, para as duas unidades. Vamos ter que oferecer boas condições aos que se encontram já presentemente a trabalhar, para evitar termos um novo hospital sem profissionais.

**Sr. João Canha** – O eleito referiu face à objeção dos últimos intervenientes, nomeadamente do colega Bruno Martins, propõe uma alteração ao texto da Moção, para o seguinte: - “Passos irreversíveis”.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que não tendo indicações de haver mais pedidos de intervenção, submete a votação a **Moção - Hospital Central do Alentejo** proveniente da bancada do Partido Socialista

### **Deliberação: Moção – Hospital Central do Alentejo, foi aprovada.**

Contou com 0 votos contra, 6 abstenções (1 C.D.U., 3 P.S.D., 1 B.E. e 1 Colig. Afirmar Évora 2017), e 26 votos favoráveis (12 C.D.U., 13 P.S., e 1 M.M.P.I), com 32 presenças na sala.

### **Declaração de Voto do eleito Nuno Alas**

Declarou que o P.S.D. se absteve nesta deliberação, porque nunca poderão votar favoravelmente uma Moção que diz: - “... quando o P.S. governa nunca abandona o Alentejo ...”.

### **Declaração de Voto do eleito João Canha**

Declarou ser relevante salientar que quem se absteve de votar favoravelmente a Moção, também se absteve no passado de construir o hospital central de Évora.

### **Declaração de Voto do eleito Bruno Martins**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declarou que se absteve por considerar que esta Moção representaria o apoio do B.E., a vários considerandos com que não podem concordar.

Absteve-se precisamente pela questão do abandono do Alentejo, bastando olhar para o Hospital do Espírito Santo em Évora, para a sua falta de condições, falta de profissionais, falta de tudo.

Concluiu, reforçando a ideia de que estão agora a ser dados os primeiros passos.

### **Declaração de Voto do eleito Frederico Carvalho**

Declarou que o seu voto de abstenção não significa que não se congratule com o desenvolvimento do processo para que a construção do hospital seja uma realidade. Considerou, no entanto, que ainda não se têm garantias suficientes.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com a Sessão informando que iria fazer a chamada e proceder à confirmação das presenças e ausências:

Presentes:

Sr. Ananias Quintano

Sr. José Maria Figueira

Sr. Paulo Jorge Pires Jaleco

Sra. Maria Clara Grácio

Sr. Silvino Costa

Sr. António Jara

Sra. Maria Elmina Lopes

Sra. Ana Luísa Boto

Sr. Frederico Carvalho

Sr. Jorge Silva, **substituído pelo Sr. Carlos Cruz**

Sr. Bruno Martins

Sr. Nuno Alas

Sra. Ana Luisa Boto

Sr. Adelino Fonseca

Sra. Ângela Caeiro

Sra. Maria da Nazaré Lança

Sr. Jorge Lourido

Sr. João Simas

Sr. João Canha

Sra. Maria Antónia Boieiro, **substituída pelo Sr. António Mendes**

Sra. Maria Gertrudes Pastor

Sr. Isidro Lobo

Sr. José Russo

Sr. Jerónimo José

Sr. António Maduro

Sr. José Vitorino Piteira

Sr. Manuel Matias Recto

Sr. Joaquim Pimpão

Sra. Florinda Russo

Sr. Luis Ramalho, **substituído pelo Sr. Nuno Rui**

Sr. Lúcio Guerreiro



Sr. Nuno do Ó Cabrita

Concluída a chamada, informou que de seguida será feita uma pausa para um intervalo de dez minutos.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** reiniciou os trabalhos, informando que iria dar a palavra à bancada da C.D.U., porque esta manifestou a intenção de fazer a sua declaração de voto, relativamente à última Moção votada.

#### **Declaração de voto do eleito José Maria Figueira**

Pedi desculpa aos colegas da Assembleia e ao Sr. Presidente, mas na sequência da sua intervenção sobre esta Moção, fez um reparo, e como esse reparo não foi corrigido e a Moção foi votada, quer declarar que votaram favoravelmente a Moção, mas a sua bancada não se revê no trecho do texto onde referem: - "... o P.S. quando está no governo nunca abandona o Alentejo...". Concluiu que não subscrevem este trecho da Moção.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão e passou à apresentação dos assuntos inscritos na Ordem do Dia, cujos documentos foram atempadamente distribuídos para conhecimento de todos os eleitos, e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentação do primeiro ponto.

#### **1. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021**

**Sr. Presidente da Câmara** – Procedeu à apresentação de forma sumária das Opções do Plano e Orçamento para o ano 2021, informando que como é expectável, os efeitos da pandemia Covid 19 irão continuar a ter impacto no orçamento do próximo ano, com a incerteza a marcar todo o ano.

A situação económica das famílias e das empresas piorou, houve microempresas que não sobreviveram. Este agravamento da situação das micro e pequenas empresas, provocou o consequente empobrecimento de muitas pessoas.

Houve famílias cujo rendimento diminuiu abruptamente e outras que ficaram sem qualquer rendimento proveniente do trabalho.

Considerou previsível assistirmos ainda a um agravamento da situação social no concelho, com as mini e pequenas empresas em sérias dificuldades, e a um avolumar da crise social, das desigualdades, do desemprego, da pobreza.

Salientou que este orçamento prevê um Plano Municipal de Emergência para a Covid, que tem um conjunto de orientações gerais, uma Estrutura Municipal e um Plano de Contingência do Município. Preocupante a falta de recursos humanos qualificados na região, para dar resposta na área social e na área da saúde, o que dificultou e dificulta a resposta das entidades.

Salientou o trabalho extraordinário do Serviço Municipal de Proteção Civil e dos Bombeiros, instituição que tanto tem dado a este combate.

Informou estar contemplado um aumento do apoio financeiro a atribuir aos Bombeiros e o alargamento do Programa de Apoio Social. O Regulamento está a ser objeto de alteração, para inclusão da resposta que pretendemos dar.

Na área social pretende-se dar continuidade ao programa iniciado no ano anterior, traduzido num apoio de maior proximidade.

O alargamento dos apoios sociais, poderá atingir um valor de mais 500 mil euros, comparativamente com este ano, sendo este valor ainda uma estimativa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Na área da Educação e do Ensino a Câmara Municipal encontra-se a planear um conjunto de intervenções, em parceria com as instituições.

Na área Cultural temos procurado desenvolver programação, readaptada à situação que vivemos. Este é um sector muito fragilizado e com muitas dificuldades.

Na área da Juventude e do Desporto, está previsto o aumento do apoio financeiro às Associações e aos Agentes Desportivos.

Na área da Economia, algumas das questões mais importantes será o aumento do investimento municipal, que esperamos minimize a quebra económica e que se traduzirá, para além de outras medidas, na isenção às empresas mais afetadas pela pandemia, do pagamento das taxas não reguladas. A isenção da derrama para as empresas com volume de negócio inferior a 150 mil euros.

A redução faseada do IMI de 1.44, para 1.43.

A criação da marca – Évora, para promoção do tecido económico.

O fundo para o incremento do Plano Energético Municipal contempla também uma verba de 550 mil euros.

Resumindo, os principais investimentos que estavam previstos para 2020, encontram-se em fase de conclusão.

Os principais destaques deste Orçamento são: - O combate à crise económica e social e alargamento da nossa intervenção; - O Plano Local de Habitação que é em conjunto com o de Lisboa, os dois únicos Planos aprovados a nível nacional. Quanto mais célere for a disponibilização das verbas, mais rapidamente poderemos iniciar a sua execução; - O desenvolvimento do Plano Estratégico Municipal - 2020-2030, muito focado naquilo que é a capacidade de resposta para a Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura, que será apresentada em final do próximo ano; - A aprovação do Plano Estratégico para o Aeródromo e um conjunto de investimentos que estão em negociação para o Aeródromo e para o P.I.T.E..

Salientou a continuidade do cumprimento dos compromissos do município, para com os seus trabalhadores, a transformação de vínculos de contratação a tempo certo, por vínculos efetivos, a tempo indeterminado, a aplicação do Suplemento de Insalubridade e Penosidade aos que pela natureza das suas funções se encontram expostos, a adaptação e organização interna dos serviços municipais para dar resposta às competências que serão transferidas, o aumento das verbas transferidas para as freguesias e uniões de freguesias, na proporção do valor transferido do O.E. para a autarquia, o contínuo pagamento da dívida, este ano em valor superior ao liquidado no ano 2020, e a salvaguarda da situação financeira do município para possibilitar o acompanhamento e resposta aos problemas que possam surgir relativamente à pandemia.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o primeiro ponto da Ordem do Dia, apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara à discussão dos eleitos que pretendam intervir. O eleito Frederico Carvalho pediu a palavra.

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara relativamente a uma informação que lhe foi transmitida, que a Câmara Municipal teria pagamentos de faturas em atraso para com a Empresa Águas do Centro Alentejo.

**Sra. Florinda Russo** – A eleita questionou se foi por lapso, ou por esquecimento que as obras da rede de água de São Manços não estão inscritas no orçamento, contrariamente ao compromisso aqui assumido em anterior Sessão.





**Sr. Nuno Alas** – O eleito deu os parabéns porque o documento está mais simples, mais facilmente compreensível pelos cidadãos que o pretendam consultar.

Salientou que o P.S.D. propôs uma redução da taxa do IMI para 1.40 e o orçamento aponta para 1.43. Discordou desta opção, porque a maioria dos proprietários dos imóveis do concelho são classe média e classe média baixa e este valor de redução teria significado para estas famílias, e no orçamento municipal não teria tanta importância.

Compreendeu que houve uma diminuição do valor da dívida, considerando que esta seria a oportunidade de devolver o esforço aos eborenses, reduzindo as percentagens dos valores dos impostos municipais.

Constatou haver projetos que são bem-vindos, até porque são cofinanciados. Todavia, ficou a dúvida, após a correção por cima das contas, verificou alguma inversão de indicadores que são fundamentais para perceber o estado anímico da Câmara, não conseguindo concluir se a Câmara Municipal está a poupar, ou a gastar mais.

**Sr. Nuno Rui** – O eleito perguntou se o investimento de meio milhão de euros previsto para o Centro de Convívio de São Miguel de Machede, esgota para o próximo alguma intervenção, por parte do município, noutras obras prioritárias que já estão identificadas há tempo.

Relativamente a uma intervenção proferida pelo eleito José Figueira, quando questionou se o município estaria a apoiar o comércio local para o próximo ano, nessa sequência perguntou se em São Miguel de Machede se é para o ano que poderão ter o espaço do Parque de Feiras devidamente arranjado, para poder votar a ter as devidas condições para os feirantes.

**Sr. Adelino Fonseca** – Apresenta a sua tomada de posição, lendo um texto que se anexa à ata.

**Sr. José Maria Figueira** – Apresenta a sua tomada de posição, lendo um texto que se anexa à ata.

**Sr. Bruno Martins** – O eleito declarou não poder deixar de congratular o executivo municipal por ter chamado diferentes forças políticas, para uma discussão prévia das Opções do Plano e do Orçamento. Claro que o B.E. respondeu à chamada e apresentou as suas propostas, por duas ordens de razão: - Por respeito por quem votou no B.E. e no seu Programa Eleitoral; - Porque imbuído de um espírito de cooperação, na procura de consensos para melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Não apresentaram propostas para que o Programa do Bloco fosse a linha orientadora.

Reconhecendo os aspetos positivos e o esforço para o equilíbrio das contas do município, consideram que Évora necessita de um governo municipal com mais rasgo, mais coragem, abertura, maior transparência nos processos e tomadas de decisão mais partilhadas.

Não irá partilhar exaustivamente o Programa do B.E., respeitam quem ganhou as eleições autárquicas de forma democrática.

Cientes da correlação de forças existentes nesta Assembleia Municipal, consideram também ser da sua responsabilidade contribuir com soluções, apresentando propostas exequíveis, e em nada reduzir o Programa Eleitoral da C.D.U., sufragado nas últimas eleições autárquicas.

Esta negociação permitiu alcançar um acordo, para o compromisso de realização em torno de nove ações propostas.

A continuação do trabalho para a implementação efetiva da tarifa social da água, procurar resolver o impacto existente entre a Administração Central, contra o fornecimento dos dados necessários para essa implementação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A isenção da derrama às pequenas e microempresas, cujo volume de negócios não ultrapasse o valor de cento e cinquenta mil euros, no ano anterior.

A redução da taxa do IMI, ainda que de forma tímida.

A participação do Bloco de Esquerda na análise das propostas em torno do Plano Municipal de Mobilidade.

O novo Plano Diretor Municipal proceda à limitação e ordenamento de culturas intensivas e super intensivas e a não introdução de espécies que prejudiquem a biodiversidade, a água, os solos, o Ambiente, a paisagem natural, a Saúde Pública para a proteção do bem-estar das populações que vivem nas proximidades destas plantações.

O Plano de Ação para as Acessibilidades para as pessoas com deficiência.

A finalização do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo.

O Plano de Salvaguarda para o Cento Histórico de Évora.

A continuação do trabalho, possível, em parceria com a Câmara Municipal de Montemor, no sentido do melhoramento das acessibilidades ao Monfurado.

Pelo atrás declarado o Bloco de Esquerda não irá permitir que as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021, não sejam viabilizadas.

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito iniciou as suas declarações agradecendo a forma como a informação respeitante às Opções do Plano e Orçamento para 2021 foi apresentada às diferentes forças políticas.

Afirmou que a Coligação Afirmar Évora 2017 que representa, tem por missão a apresentação de propostas.

Relativamente ao presente Orçamento informou que apresentaram um conjunto de sete propostas, e assinalam ter merecido a atenção do Sr. Presidente tendo recebido resposta, ponto por ponto. Contudo, discordam do documento final, porque não incorpora nenhuma das suas propostas.

Procedeu de seguida à apresentação das medidas sugeridas para implementação no próximo ano e afirmou que a sua Coligação também gosta das “contas certas”.

Consideram fundamental a redução da carga fiscal, que não se verifica, e um aumento do investimento público.

No entanto, sem investimento económico, sem apoio à economia não há criação de riqueza.

Não se reconhecendo nas opções deste Orçamento, votarão contra.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara, em sequência de haver um vasto conjunto de questões colocadas, para proceder ao seu esclarecimento, caso o queira fazer.

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Informou que como é compreensível é impossível dar uma resposta preparada a todos os itens, no entanto, procurará responder o melhor possível.

Iniciou afirmando que a Câmara não ficou a dever nada às Águas do Vale do Tejo. Houve uma alteração legislativa que permitiu transferir dívida de médio prazo, em dívida de longo prazo, e foi isso que utilizámos.

Relativamente aos impostos, há efetivamente dois anos consecutivos a redução de impostos. Isenção do pagamento da derrama para as empresas com menor volume de negócios, redução percentual do valor do IMI, devolução do IRS para as famílias com menores recursos, maior apoio aos agentes desportivos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente à pandemia, o município tem sido exemplar e a CAP instalada é uma referência para outros concelhos.

Salientou o bom trabalho do município, realizado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, mas também a colaboração estabelecida com o ACES e com a Segurança Social. Foram feitas obras no Hospital para criar a enfermaria Covid, fizemos obras no antigo Quartel General, para que as consultas não covid pudessem lá realizar-se. Poderia continuar com exemplos destes que são inúmeros, tal como com o Plano de Emergência Covid 19.

Relativamente à crítica da verba despendida com o Centro de Convívio de São Miguel de Machede, essa verba é proveniente de Candidatura a Programa Europeu e o valor tem que obrigatoriamente ser lá aplicado, não pode ser de outra forma. Quando não há recursos próprios e candidatamos a financiamentos europeus, a verba financiada tem que ser obrigatoriamente aplicada no projeto candidatado.

Informou que há obras projetadas cujos concursos públicos ficaram desertos, por não haver candidatos para as realizarem.

Quanto aos vouchers para apoio ao comércio local esclareceu que a questão foi colocada à Associação Comercial e não consideraram a medida das mais indicadas. Mas muito para além do benefício do voucher trouxemos para o município de Évora os Motards de Lés a Lés, que aqui estiveram durante um fim de semana, mais de mil pessoas alojadas e fazer despesa na nossa restauração. Este é um valor incomensuravelmente maior comparativamente com os vouchers, sendo este apenas um exemplo.

Estamos a preparar a receção de muitos mais visitantes a Évora, no Fórum do Turismo Sustentável que vai realizar-se em maio de 2022 e outras iniciativas relacionadas com a Presidência Portuguesa da União Europeia, que vão ter lugar em Évora.

Concluiu, informando que em seu entender terá respondido às questões apresentadas.

**Sr. Ananias Quintano** – O eleito solicitou que a intervenção que irá fazer a seguir, fique registada como Declaração de Voto.

**Declaração de Voto do eleito Ananias Quintano** apresenta a sua tomada de posição, lendo um texto que se anexa à ata.

**Sr. José Piteira** – O eleito pretendeu questionar o Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao Orçamento apresentado em 2019 no que corresponde às intervenções na freguesia de N<sup>a</sup> Sra. de Machede. Estavam seis pontos inseridos, nos quais a Câmara se comprometia a executar, na maior parte, no exercício de 2020.

Concluiu que dos seis pontos previstos, apenas um foi realizado, o Jardim de Infância/Parque Infantil. Falta a pavimentação, arruamentos, a reparação da estrada de São Vicente de Valongo, e também uma questão que tem sido incompreendida - a iluminação pública.

Pergunta se estes cinco pontos que não foram concretizados em 2020, se estão englobados para 2021.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou se algum dos eleitos pretende fazer uso da palavra, antes de dar a oportunidade ao Sr. Presidente de responder às perguntas que o eleito José Piteira acabou de fazer.

Não tendo havido mais pedidos de intervenção, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

**Sr. Presidente da Câmara** – Afirmou haver trabalho realizado em todas as freguesias, embora ainda não esteja concluído.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Há trabalho realizado na Zona Industrial, como o Sr. Presidente da Junta tem conhecimento, tem havido algumas discordâncias de ordem burocrática, como o Estudo que está a ser concluído para o abastecimento de água à zona da Estação Ferroviária.

Quanto à Estrada de São Vicente de Valongo, estamos a ponderar intervir a um outro nível, com a criação de uma brigada de intervenção na rede viária, por administração direta, unidade que se perdeu há muito. Para além de termos em curso o desenvolvimento de concursos para este tipo de intervenções, não dirigido apenas a esta estrada, mas que englobe todas as outras intervenções, que tal como esta, necessitam de reparação.

Conclui, relativamente à questão apresentada a sua resposta é afirmativa.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Informou que dado não haver mais pedidos de palavra, iria passar a submeter a votação o Ponto 1. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021.

### **Deliberação: - Ponto 1. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021 - Aprovada por maioria.**

Contou com 4 votos contra (3 P.S.D., 1 Coligação Afirmar Évora 2017), 14 abstenções (13 P.S., 1 B.E.) e 15 votos favoráveis (14 C.D.U., 1 M.M.P.I.), com 33 presenças na Sala.

**Declaração de Voto proferida pelo eleito José Maria Figueira** apresenta a sua tomada de posição, lendo um texto que se anexa à ata.

**Declaração de Voto proferida pelo eleito Nuno Alas** apresenta a sua tomada de posição, lendo um texto que se anexa à ata.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que não tendo havido mais nenhum pedido de intervenção relativamente ao ponto anterior, prosseguiu com a Sessão, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse o Ponto seguinte da Ordem do Dia.

### **2. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2021**

**Sr. Presidente da Câmara** – Informou que o Mapa de Pessoal pretende a substituição, lenta, mas ainda assim significativa, de postos de trabalho a tempo determinado, em postos de trabalho a tempo indeterminado, garantindo a segurança desses trabalhadores. Garantir a progressão nas carreiras àqueles trabalhadores que reúnem condições para isso. Garantir a Opção Gestionária já apresentada. Garantir a resposta às novas necessidades decorrentes da transferência de competências que vamos receber em 2021 e continuar a equilibrar o Mapa de Pessoal, naturalmente com a atenção devida às despesas com Pessoal.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Informou que dado não haver mais pedidos de palavra, passa a submeter a votação o Ponto 2. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2021.

### **Deliberação: Ponto 2. - Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2021 – Aprovado por maioria.**

Contou com 17 votos a favor (14 da CDU, 1 do BE, 1 da Coligação Afirmar Évora 2017, 1 do MMPI) e 16 abstenções (13 do PS e 3 do PSD).



**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse o Ponto seguinte da Ordem do Dia

### 3. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Informou que nas conversações que mantiveram com as forças políticas apontou-se a possibilidade de haver uma decisão conjunta sobre esta matéria. Tendo de ter atenção o equilíbrio das contas municipais, para não haver desencadear desequilíbrios estruturais, em relação à Derrama garantimos a isenção às empresas com menor volume de negócio, e em relação ao IRS, em vez de reduzir, garantir que parte dessas verbas são destinadas a aumentar o apoio social às famílias mais carenciadas.

**Sr. Frederico Carvalho** – O eleito apontou algumas dúvidas relativamente à Taxa de IMI, no que se relaciona com a devolução à autarquia da verba que por força da isenção aplicada aos imóveis localizados no Centro Histórico, o município não é compensado.

**Sr. Adelino Fonseca** – O eleito congratulou-se por a C.D.U. ter aceite algumas das propostas que o P.S. apresentou.

**Sr. Nuno Alas** – O eleito esclareceu que o P.S.D. tinha feito uma proposta de redução de quatro pontos no IMI, que não foi atendida, razão pela qual não concordam. Quanto à aplicação da taxa variável do IRS, concordam com a proposta, trata-se de um imposto com alguma progressividade, que entendemos nós, permite alguma margem para o exercício de alguma justiça social.

**Sr. Bruno Martins** – Em relação ao IMI compreenderam que não seria possível fazer uma redução maior. O Bloco de Esquerda nunca irá fazer, esteja na oposição, ou não, é exigir uma perda total de receita à Câmara e ao mesmo tempo exigir o maior aumento de investimento. Em relação ao IMI têm o nosso voto favorável.

Em relação à isenção da Derrama a algumas empresas, acompanhamos, é também uma proposta do B.E., é algo que defendem.

Quanto ao IRS é necessário que tenha alguma progressividade, mas considera, ser ainda mais necessário que o nosso país e os nossos municípios, façam uma melhor redistribuição, para um maior apoio social à população.

Concluiu, afirmando que o B.E. acompanha esta proposta na totalidade.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou o Sr. Presidente da Câmara que poderia fazer uso da palavra, caso pretendesse fazer algum esclarecimento.

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Informou que relativamente à questão do IMI, continuam a debater-se para que a Câmara seja ressarcida, sendo isso uma obrigação legal, não sendo uma mera reivindicação.

Na última reunião do Conselho Geral da A.N.M.P. voltou a colocar esta questão e foi acordado incluí-la nas próximas negociações com o Governo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguindo os trabalhos informou que passa a submeter a votação o Ponto 3. - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021.

**Deliberação: Ponto 3. - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021 - Aprovado por maioria.**

Contou com 14 votos a favor (12 da CDU, 1 do BE e 1 do MMPI), 1 voto contra (1 da Coligação «Afirmar Évora 2017») e 15 abstenções (12 do PS e 3 do PSD), com 30 presenças na Sala.

**Sr. Frederico Carvalho** – Relativamente a este Ponto pretendeu esclarecer a posição assumida pela Coligação Afirmar Évora 2017. Reconhecendo a tendência de descida por parte do executivo municipal, entendem, que com a atual conjuntura económica era de esperar um sinal muito mais significativo, que estimulasse verdadeiramente a atividade económica.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguindo os trabalhos informou que passa a submeter a votação o Ponto 4. - Derrama para 2021.

**Deliberação: Ponto 4. - Derrama para 2021 - Aprovada por maioria.**

Contou com 29 votos a favor (12 da CDU, 12 do PS, 3 do PSD, 1 do BE e 1 do MMPI) e 1 abstenção (da Coligação «Afirmar Évora 2017»), com 30 presenças na Sala.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu os trabalhos submetendo a votação o Ponto 5. - Participação Variável no IRS para 2021.

**Deliberação: Ponto 5. - Participação Variável no IRS para 2021 – Aprovada por maioria.**

Contou com 14 votos a favor (12 da CDU, 1 do BE e 1 do MMPI), 4 votos contra (3 do PSD e 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017») e 12 abstenções (do PS), com 30 presenças na Sala.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu os trabalhos submetendo a votação o Ponto 6. - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2021.

**Deliberação: Ponto 6. - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2021 - Aprovada por unanimidade.** (30 presenças na sala).

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 7. - Regulamento da Tabela de Taxas / Manutenção de valores para o ano de 2021.**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – O que defendemos é que para 2021 não deve haver aumentos na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à discussão da Assembleia, dado não ter recebido indicação de pedidos de uso da palavra, prosseguiu, submetendo-o a votação.

**Deliberação: Ponto 7. - Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora / Manutenção de valores para o ano de 2021 - Aprovado por maioria.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Contou com 14 votos a favor (12 da CDU, 1 do BE e 1 do MMPI) e 16 abstenções (12 do PS, 3 do PSD e 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017»), 30 presenças na sala.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 8. - Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2021, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Indicou tratar-se de matéria de gestão do município para a necessária deliberação.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à discussão da Assembleia, dado não ter recebido indicação de pedidos de uso da palavra, prosseguiu, submetendo-o a votação.

**Deliberação: Ponto 8. - Autorização Prévia para os Compromissos Plurianuais no ano de 2021, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Aprovada por unanimidade.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 9. - Contratação de eventuais empréstimos de curto prazo no ano de 2021, para ocorrer a dificuldades de tesouraria.**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** - Informou que não pretendem contrair empréstimos de curto prazo, contudo, trata-se de um instrumento de gestão e que recorreremos apenas e só se houver necessidade, razão pela qual a apresentamos a deliberação.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter colocado o assunto à discussão da Assembleia e dado não ter recebido indicação de pedidos de uso da palavra submeteu-o a votação.

**Deliberação: Ponto 9. - Contratação de eventuais empréstimos de curto prazo no ano de 2021, para ocorrer a dificuldades de tesouraria - Aprovada por unanimidade.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 10. - Contratos Interadministrativos com as Juntas/União de Freguesias para o ano de 2021.**

**Sr. Presidente da Câmara** – Informou que tal como definido e conforme têm vindo a fazer, o aumento aqui referido aplica-se em igual percentagem do aumento da verba que a Câmara irá receber no próximo ano.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter colocado o assunto à discussão da Assembleia e dado não ter recebido indicação de pedidos de uso da palavra submeteu-o a votação.

**Deliberação: Ponto 10. - Contratos Interadministrativos com as Juntas/União de Freguesias para o ano de 2021 – Aprovados por unanimidade, com 31 presenças na sala.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 11. - Transferências de competências para as Freguesias.**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Informou que a lei determina que até final deste ano temos que informar o Governo o que pretendemos fazer relativamente à transferência de competências para as freguesias.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter colocado o assunto à discussão da Assembleia e dado não ter recebido indicação de pedidos de uso da palavra submeteu-o a votação.

**Deliberação: Ponto 11. - Transferências de competências para as Freguesias – Aprovadas por unanimidade, agora com 31 presenças na sala.**

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 12. - Concessão do Serviço Público de Passageiros na Cidade de Évora - Parecer da AMT e Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual.**

**Sr. Presidente da Câmara** – Referiu que este assunto já passou pela Assembleia Municipal, o que trazemos de novo é o parecer positivo da AMT, relativamente à nossa proposta, e naturalmente, a necessária autorização de Compromisso Plurianual.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter colocado o assunto à discussão da Assembleia e dado não ter recebido indicação de pedidos de uso da palavra submeteu-o a votação.

**Deliberação: Ponto 12. - Concessão do Serviço Público de Passageiros na Cidade de Évora - Parecer da AMT e Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual – Aprovada por maioria.**

Contou com 18 votos a favor (12 da CDU, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017» e 1 do MMPI) e 13 abstenções (do PS), com 31 presenças na sala.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 13. - Assunção de Competências Transferidas nos Domínios da Educação e Saúde.**

**Sr. Presidente da Câmara** solicitou permissão para apresentar os pontos 13 e 14, por serem idênticos. Em termos práticos o governo e a legislação permitem que os municípios possam receber as novas competências apenas em 2022, e é precisamente isso que propomos, receber essas Competências em 2022.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Colocou a proposta à consideração e discussão da Assembleia, tendo dado a palavra ao eleito Ananias Quintano, atendendo ao seu pedido.

**Sr. Ananias Quintano** – O eleito referiu que já no ano passado, quando foi discutida a questão das Competências, nunca tiveram uma posição crítica sobre essa, sobre este empurrar das Competências.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A bancada do P.S. irá votar conforme o pedido do Sr. Presidente da Câmara, para que se adie para 2022, a assunção das competências nas áreas da Educação e Saúde.

Sobre esta matéria, já esta Assembleia, em 28 de fevereiro de 2019 na nossa perspetiva a descentralização, o mais importante mecanismo criado para reforçar o Poder Local, junto das populações, depois do 25 de abril.

Sendo a descentralização inevitável em 2022, relembra o processo por naquela data, a autarquia ter considerado que em algumas áreas, seria uma boa experiência.

Por outro lado, o executivo neste momento, possivelmente, debate-se com problemas, que é a incompatibilidade de muitos serviços, após a reestruturação aprovada nessa mesma Sessão, dado o elevado número de competências a receber.

Recordou que o P.S. condenou esta solução e votou contra, por ela ser extemporânea.

**Sr. José Maria Figueira** – Informou que estão de acordo com a proposta que a Câmara coloca, de receber a transferência das Competências na área da Educação, Saúde e Ação Social em 2022.

Certamente o governo ao dar esta possibilidade aos municípios de poderem aceitar estas Competências apenas em 2022, reconheceu a necessidade da flexibilidade, para a preparação da assunção destas novas Competências.

Confrontados perante esta situação de pandemia, verificamos que em alguns países em que estas Competências estão nas mãos dos municípios, a situação dramática que estão a viver, pela falta de respostas dos municípios para resolver os problemas da Saúde.

Consideramos que estas matérias da Educação, da Saúde e da Ação Social, são matérias altamente complexas, que têm que ser preparadas com um tratamento especial, no sentido de não só haver essa transferência, mas haver também necessariamente a transferência dos recursos financeiros, humanos, técnicos e estruturais.

Esta transferência a fazer-se em 308 municípios, à exceção dos municípios das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, ficaremos com 278 municípios a receber essa transferência de Competências, tal como elas estão neste momento estruturadas, irá criar uma situação altamente complexa.

Consideram que esta proposta de adiamento por mais um ano, no sentido de serem preparadas as condições para a receção destas Competências, tem todo o cabimento e por isso irão votar favoravelmente.

**Sr. Frederico Carvalho** – Informou que a posição da força política que representa é por demais conhecida publicamente.

São inquestionavelmente favoráveis à descentralização e defendem um municipalismo forte, sendo esta uma questão de que não abdicam. Porém sempre discutiram a validade e a oportunidade do acordo feito entre o P.S. e o P.S.D. relativamente a esta questão, tendo na altura sido muito críticos. Concordou com o Sr. Deputado José Maria Figueira, quando afirmou que o próprio governo já reconheceu a necessidade deste adiamento ao proporcionar esta possibilidade. Acresce agora a especificidade da conjuntura agravada pelo Covid 19, e temendo o elevado valor com que os municípios vão ser onerados, irão votar favoravelmente a proposta.

**Sr. Jerónimo José** – Também concordou que é preciso tempo para adaptação dos municípios a estas novas realidades. Contudo, não lhe pareceu justo, em sua opinião, adiar a receção destas Competências, por considerar ter havido tempo suficiente para proceder às adaptações necessárias à estrutura dos serviços para acolher estas novas valências. Tem conhecimento de que alguns municípios já receberam algumas destas competências.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Considerou que o município não se preparou atempadamente, e adiar a assunção significa que as adaptações necessárias vão recair em cima do novo executivo municipal, significará apenas o adiamento de um problema.

**Maria da Nazaré Lança** – Relembrou que na Assembleia Municipal realizada em fevereiro de 2019, foi aprovada a proposta para a criação de uma comissão para preparação efetiva das questões relativas à transferência de competências para a Câmara Municipal. Nesta sequência, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se esta Comissão foi efetivamente constituída? Quais os seus elementos? Qual foi o trabalho desenvolvido? Gostaria que esse trabalho fosse apresentado à Assembleia Municipal.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Não tendo verificado pedidos de intervenção, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

**Sr. Presidente da Câmara** – Interveio para esclarecer que a proposta apresentada significa mesmo o “adiar de um problema”, porque vamos receber um problema.

Tal como já foi aqui discutido no passado o que vamos receber é uma transferência de encargos, não é nenhuma “descentralização de competências” e é isso que está em causa fundamentalmente.

Esclareceu que a questão não tem nada a ver com a reorganização de serviços. Vamos receber 15 ou 16 novas competências e não estamos a propor nenhuma alteração à organização de serviços.

A organização de serviços está perfeitamente adequada para as receber.

O problema não é a organização de serviços, o problema fundamental é o conteúdo dessas competências.

O que foi reconhecido pelo governo, porque estas competências também estavam pensadas para serem impostas em 2021, afinal podem passar, naqueles municípios que o entenderem, para 2022.

Informou também que a Câmara Municipal criou uma Comissão para proceder ao Estudo para a adaptação às novas Competências, nomeadamente as que se referem à Educação e à Saúde, não tendo concretizado ainda o Estudo que se refere à Área Social, porque ainda não recebemos os elementos referentes à Área Social, para o poder desenvolver.

Concluiu que a comissão fez o seu trabalho, está devidamente registado em Relatório e poderá ser disponibilizado para conhecimento desta Assembleia.

**Sr. Jerónimo José** – Interveio para informar que deve ter entendido mal e que vai tomar a devida nota.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter colocado de novo o assunto à discussão da Assembleia e como não recebeu mais pedidos de uso da palavra, submeteu a votação o **Ponto 13. - Assunção de Competências Transferidas nos Domínios da Educação e Saúde.**

### **Deliberação: Ponto 13. - Assunção de Competências Transferidas nos Domínios da Educação e Saúde – Aprovada por maioria.**

Contou com 18 votos a favor (12 da CDU, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017» e 1 do MMPI) e 13 votos contra (do PS), com 31 presenças na sala.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu a Sessão com a apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: - **Ponto 14. Assunção de Competências Transferidas no Domínio da Ação Social**, tendo passado de imediato à consideração e discussão dos eleitos, dado o Sr. Presidente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

da Câmara ter referido anteriormente, que o Ponto 14 é de teor idêntico, à proposta antes discutida no Ponto 13.

Não tendo havido mais pedidos de usos da palavra, submeteu o mesmo a votação.

### **Deliberação: Ponto 14. - Assunção de Competências Transferidas no Domínio da Ação Social – Aprovada por maioria.**

Contou com 18 votos a favor (12 da CDU, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017» e 1 do MMPI) e 13 votos contra (do PS), com 31 presenças na sala.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Prosseguiu com a Sessão solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que procedesse à apresentação do ponto seguinte da Ordem do Dia: **Ponto 15. - Acordo de Regularização das dívidas relativas à prestação de serviços de Abastecimento de Água e Saneamento no período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020.**

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** - Explicou que durante o período de pandemia houve um conjunto de legislação sobre moratórias e no que respeita às relações com as Águas do Vale do Tejo, a nova legislação permitiu aos municípios que as reservas que teriam que pagar, pudessem ser transformadas em verbas de médio e longo prazo com uma taxa de juro muito favorável.

Tendo em conta estas condições favoráveis, a importância e a incerteza da possibilidade de usar verbas para corresponder à pandemia, pareceu-nos algo que deveríamos aceitar e manter.

Importa também informar que não estamos com isto a avolumar a dívida do município, deixar claro que não, porque a dívida está a descer, e poderá descer ainda mais.

A medida proposta pelo governo foi positiva e nós aproveitámos essa medida.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - Colocou a proposta à consideração e discussão da Assembleia, tendo dado a palavra ao eleito Nuno Alas, atendendo ao seu pedido.

**Sr. Nuno Alas** – O eleito considerou que estas prerrogativas e moratórias que o governo possibilitou nesta fase de pandemia, seriam para ser aplicadas pelos municípios que não tivessem possibilidade de pagar, não para aqueles que o pudessem fazer, não concordando com este tipo de postura e perspetiva.

**Sr. José Maria Figueira** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal quem esteve de acordo durante dez anos com pagamentos em prestações trimestrais? O pagamento das faturas mensais fora deste período, ou seja, as faturas de abril a 30 de junho, o município vai ter de liquidar mensalmente, de uma forma regular?

**Sr. Frederico Carvalho** – Relativamente a esta questão informou já se sentir minimamente esclarecido, e fez o seguinte aparte: - “Tenho que agradecer as intervenções do deputado José Maria Figueira, por muitas vezes fazer aqui um exercício extraordinariamente pedagógico, que contribui para o melhor esclarecimento das necessidades e das dinâmicas municipais”.

À parte disto, considerou ficarem esclarecidos, que tendo em conta a conjuntura atual de pandemia, tendo em consideração o ponto de vista da receita, haver naturalmente constrangimentos, compreendendo, não vendo como se opor a este exercício orçamental, que servirá para acudir a outras necessidades que certamente virão a breve trecho. Certamente que terão muito valor.



**Sr. Bruno Martins** – Perguntou ao Sr. Presidente onde foi investido esse dinheiro resultante desta possibilidade que a legislação permitiu.

**Sr. Presidente** – Informou que a Câmara Municipal a partir dessa altura, retomou o pagamento das faturas e tem estado a cumprir os prazos, quer das faturas mensais, quer o acordo de pagamento resultante da decisão do Tribunal Administrativo de Beja, devido ao contrato celebrado.

Afirmou ter dado muito jeito, porque de facto estávamos numa situação em que a Câmara Municipal teve que fazer investimentos muito significativos, por força da pandemia, como foi o caso da montagem das várias respostas, como foi a criação da linha de apoio à pandemia, dos múltiplos equipamento que foi necessário adquirir.

Uma grande parte dessa verba foi usada neste combate, mas permitiu-nos também cumprir, uma vez que estávamos com dificuldades de tesouraria, no passado mês de outubro, em que tínhamos um valor mais elevado de pagamentos de empréstimos bancários.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** após ter colocado de novo o assunto à discussão da Assembleia e não havendo mais pedidos de uso da palavra, submeteu a votação o **Ponto 15. - Acordo de Regularização das dívidas relativas à prestação de serviços de Abastecimento de Água e Saneamento no período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020.**

**Deliberação: Ponto 15. - Acordo de Regularização das dívidas relativas à prestação de serviços de Abastecimento de Água e Saneamento no período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020 – Aprovado por maioria.**

Contou com 14 votos a favor (12 da CDU, 1 da Coligação «Afirmar Évora 2017» e 1 do MMPI), 3 votos contra (do PSD) e 14 abstenções (13 do PS e 1 do BE).

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** - informou que foram agora terminados os pontos para submissão a deliberação, tendo o último, para conhecimento: **Ponto 16. – Informação do Presidente da CME acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**, que será de seguida apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara.

**Sr. Presidente da Câmara** – Informou que iria tentar ser breve e que iria apenas acrescentar alguma informação relativamente à situação do Covid 19, no concelho.

Informou que os surtos existentes estão controlados, segundo informação da A.R.S.. O que significa que há uma grande preocupação com o cumprimento do Plano e esperando que continue a haver um grande cuidado, no período em que vamos entrar, por ser um período de festas familiares, de forma a evitar a propagação do vírus.

Esta situação levou a que a Universidade de Évora fechasse as suas atividades, por questões de precaução e prevenção.

A Câmara Municipal está a dar apoio a alguns utentes de um Lar de Cabeção que tiveram de ser deslocados, para terem apoio hospitalar. Neste momento ainda estão onze utentes.

O município também está a dar apoio a pessoas que já tiveram alta hospitalar, mais ainda se encontram positivas ao Covid, não tendo nem vaga hospitalar, nem reunindo condições para poder regressar a casa ou ao Lar de acolhimento.

Deixar aqui uma palavra de reconhecimento a todas as entidades que colaboraram, e enaltecer esta capacidade que temos de colaborar uns com os outros.



Temos um grande problema que é a falta de pessoal qualificado, quer de cuidadores na área social, como das famílias. Este é um problema que pode ter agravamento em janeiro, se tivermos um recrudescimento, situação que se teme, daí que há que encontrar medidas para responder.

Informou que a Câmara está a trabalhar num projeto de aeronáutica, de construção de drones para a agricultura, uma parceria entre o CEIA e a Welling Technologies.

Salientar o elevado investimento da área automóvel de cerca de dez milhões de euros, que criou postos de trabalho e dá uma resposta na área da tecnologia automóvel.

Está em curso o Plano de Mobilidade para o concelho de Évora, para o qual pede a atenção de todos e aguarda a entrega de contributos.

Relativamente à remoção do amianto das Escolas, aquilo com que o município se comprometeu, cumpriu, apresentou-se uma candidatura para o financiamento das intervenções, e aguarda-se que o governo assine o Protocolo que está assente no P.N.N. que assegurará os custos integrais nas duas escolas a intervencionar.

**Sr. Adelino Fonseca** – Pediu esclarecimentos diversos sobre os lotes no Parque Industrial e o procedimento de atribuição dos lotes disponíveis.

Referiu o facto de não encontrar nenhuma referência no Orçamento sobre a intervenção na rede de Água de São Manços.

Relatou o desenvolvimento de um processo de licenciamento de uma habitação situada no Centro Histórico que considerou irregular.

**Sr. Frederico Carvalho** – Questionou o Sr. Presidente da Câmara se há alguma novidade relativamente aos Foros das Carvalhas na freguesia de N<sup>a</sup> Sra. da Boa Fé, bem como à zona envolvente à Escola André de Resende, as obras que não foram concluídas e os elementos tais como os tapumes que lá continuam, com todos os inconvenientes e perigos para quem convive com aquele espaço diariamente.

Relativamente ao aterro sanitário, os espaços envolventes encontram-se sempre com detritos, dali provenientes, provavelmente devido ao vento que os arrasta para a via pública, e também perguntou se está equacionado um novo aterro.

Deixou duas sugestões: A mitigação do tempo para licenciamento de obras no Centro Histórico e encontrar forma de seguir o exemplo de Elvas, que assinou um Protocolo com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, que permite substituir o envio do processo para esta entidade para parecer, substituindo esse procedimento, pelo licenciamento mediante a imposição de condicionantes.

No âmbito da execução do Plano de Mobilidade sugere a criação de espaço para estacionamento dos camiões T.I.R., para evitar o estacionamento na Variante Norte, com todas as implicações conhecidas.

**Sr. Jerónimo José** – Solicitou informação relativamente à responsabilidade da reposição dos abrigos nas freguesias.

**Sra. Ângela Caeiro** – A primeira questão que pretende apresentar, é respeitante à Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027. Ficaram surpreendidos com a apresentação ocorrida em final de outubro, consideram que teve pouca energia e ambição.

Referiu também que durante os últimos quatro anos os partidos não foram chamados para dar sugestões, e consideram que isso deve ser feito para alcançar o que se pretende.

Querem saber o que está planeado a curto e médio prazo para esta candidatura.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A outra questão é relativa às duas residências universitárias, ao que sabem uma está em obras e a outra está a servir de apoio à pandemia. Devido a esta situação tivemos conhecimento que alunos da ação social não tiveram direito a uma cama e há quartos para duas pessoas, onde estão quatro pessoas a dormir, situação que consideram preocupante, ainda mais com a pandemia.

**Sr. Adelino Fonseca** – Informou que o MARE possui parque de estacionamento para veículos de grande porte, mediante pagamento, mas dotado de boas condições, nomeadamente de segurança.

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal** – Tendo em consideração as questões aqui colocadas perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se deseja responder.

**Sr. Presidente da Câmara Municipal** – Respondeu que relativamente às questões colocadas poderá informar, à exceção dos casos individuais aqui relatados, que necessitam de uma análise mais específica e ponderada.

Relativamente aos lotes no Parque Industrial, os empresários podem concorrer sem ter empresa constituída, desde que declarem sob compromisso, que constituirão empresa em determinado espaço temporal. Estas situações já ocorreram.

Quanto à rede de São Manços, já foi objeto de estudo. O que pode dizer é que existem um conjunto de furos ilegais que prejudicam a qualidade da água. Foram tomadas medidas para corrigir.

Explicou também que atualmente, desde que um técnico certificado apresente um termo de responsabilidade a garantir que a obra está conforme o projeto aprovado, os serviços camarários têm que emitir a licença de utilização. Caso haja alguma irregularidade posterior, há que desenvolver um processo próprio, onde o Técnico será com certeza responsabilizado por emissão de falsas declarações. Sobre o aterro sanitário, vai informar-se sobre o que se passa relativamente a esta matéria.

Quanto à sugestão de seguir o exemplo da Câmara de Elvas, informou que a Câmara de Évora propôs um Protocolo idêntico à Direção Regional de Cultura do Alentejo, infelizmente não foi possível operacionalizar com a Direção Geral do Património.

Relativamente à questão dos abrigos considera a questão estranha, porque o concessionário não pode tratar apenas de uns abrigos em detrimento de outros, no entanto, vai analisar, vai pedir informação.

Relativamente à apresentação da Candidatura de Évora a Capital Europeia, não tem a mesma interpretação da eleita Ângela Caeiro, e informou que os partidos já foram ouvidos, já foram chamados, incluindo o P.S.D. para dar os seus contributos, consideram isso fundamental.

Quanto às residências universitárias, garantiu que todos os estudantes que estavam colocados em residências universitárias, que foram necessárias para apoio à pandemia, a Câmara assumiu o seu alojamento em diversos locais que contratualizou, que a Câmara está a pagar, é bom que se saiba. A Câmara está a pagar à Universidade o montante que os alunos pagariam por lá se encontrarem alojados, como está a pagar o alojamento desses mesmos estudantes em unidades de alojamento da cidade.

### SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Não se verificou nenhuma intervenção

### APROVAÇÃO EM MINUTA



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15** desta Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas duas horas e dez minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 30/09/2021, não tendo participado na deliberação 3 dos 33 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

**Não dispensa a consulta do documento original**